

RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.661 - SP (2018/0291818-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : TELEFÔNICA BRASIL S.A
ADVOGADOS : CARLOS EDUARDO BAUMANN - SP107064
EDUARDO MATZENBACHER ZARPELON - SP335279
IGOR BIMKOWSKI ROSSONI - SP076832
RECORRIDO : PEDRO DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO : DENITO MORAIS OLIVEIRA - SP238996

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por TELEFÔNICA BRASIL S.A.,
contra acórdão assim ementado (fl. 179):

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS.
CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NA
MODALIDADE PLANTA COMUNITÁRIA DE TELEFONIA
(PCT). ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA. SUCESSORA
POR INCORPORAÇÃO TEM LEGITIMIDADE PASSIVA PARA
RESPONDER PELA COMPLEMENTAÇÃO ACIONÁRIA.
INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO PRAZO
PRESCRICIONAL DE 20 ANOS (ART.
177, CC/16) E 10 ANOS (ART. 205, CC/02. TERMO INICIAL.
DATA DA SUBSCRIÇÃO DAS AÇÕES.
COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. CABIMENTO.
EXISTÊNCIA DE CLÁUSULA CONTRATUAL EXPRESSA NO
CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CONTRATO
FIRMADO NA VIGÊNCIA DA PORTARIA 375/94 DO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. EXISTÊNCIA,
CONTUDO DE CLÁUSULA CONTRATUAL EXPRESSA DE
RETRIBUIÇÃO ACIONÁRIA. RECONHECIDO O DIREITO À
DIFERENÇA ACIONÁRIA.
RESPONSABILIDADE DA COMPANHIA PELA SUBSCRIÇÃO
DE AÇÕES NA DATA DA INTEGRALIZAÇÃO .
INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 371 DO STJ. CONVERSÃO EM
PERDAS E DANOS DA OBRIGAÇÃO. PRECEDENTE DO C.
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. O CÁLCULO PARA
APURAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO DEVERÁ
OBEDECER O CRITÉRIO PACIFICADO PELO E.STJ NO
RECURSO ESPECIAL REPETITIVO Nº 1.301.989/RS -
SENTENÇA MANTIDA.

Apelação improvida, com determinação.

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls. 210/215).

Em suas razões, a recorrente alega ofensa aos arts. 535, I e II, do Código de Processo Civil/1973, por omissão do Tribunal de origem, ao não se pronunciar sobre as questões postas em debate nos embargos de declaração.

No mérito, argui afronta aos arts. 233, parágrafo único da Lei n. do Código de Processo Civil/1973; 7º, 8º e 170 da Lei n. 6.404/76; e 884 do Código Civil, bem como dissídio jurisprudencial. Afirmo, entre outros argumentos, que a data da integralização é aquela em que a rede foi incorporada ao patrimônio da empresa" (fl. 231).

Passo a decidir.

O Tribunal de origem, ao julgar a apelação, entendeu que "se deve considerar como data da integralização, a data em que a autora pagou pela construção da rede, não a data em que o sistema foi incorporado o patrimônio da Telesp." (fl. 192).

A conclusão acima reproduzida está em desarmonia com a jurisprudência adotada neste Superior Tribunal de Justiça, que já se posicionou no sentido de que, em se tratando de contrato firmado sob a modalidade de planta comunitária (PCT), regido pela Portaria 117/1991, a data da integralização é aquela em que os bens são entregues à companhia, não sendo aplicável o entendimento da Súmula 371/STJ. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. PROGRAMA COMUNITÁRIO INTEGRADO DE TELEFONIA (PROCITE). CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. APORTE FINANCEIRO DE PROMITENTES ASSINANTES. CESSIONÁRIO. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. INCORPORAÇÃO DA PLANTA TELEFÔNICA AO PATRIMÔNIO DA CONCESSIONÁRIA. CRITÉRIO DE RETRIBUIÇÃO EM AÇÕES.

1. (...).

3. O cessionário de contrato de participação financeira tem legitimidade para postular em juízo a complementação de ações somente na hipótese em que o instrumento de cessão lhe conferir,

expressa ou implicitamente, o direito à subscrição de ações, conforme apurado nas instâncias ordinárias. Súmula 83/STJ.

4. Na impossibilidade de se efetuar a subscrição e entrega das ações a que teria direito o acionista, possível a sua conversão em perdas e danos, sem que isso implique julgamento *extra petita*. Precedentes.

5. Não sendo o pedido de decretação de nulidade de assembléias da sociedade anônima ré um fim em si mesmo, mas apenas deduzido como fundamento para a pretensão de recebimento de complementação de ações decorrente de contrato de participação financeira, é inaplicável o prazo de decadência previsto no art. 286 da Lei 6.404/76. Prescrição que se dá nos prazos previstos no artigo 177 do Código Civil de 1916 e nos artigos 205 e 2.028 do Código Civil de 2002. Vencida, no ponto, a Relatora.

6. No Programa Comunitário Integrado de Telefonia (PROCITE), os adquirentes de linhas telefônicas celebraram contratos com as construtoras, pagando o preço com elas combinado. Não houve pagamentos por eles feitos à concessionária. Esta comprometeu-se, em pactos celebrados com os municípios, a interligar as plantas telefônicas ao seu sistema; prestar o serviço telefônico e incorporar as plantas ao seu patrimônio (aumento de capital), retribuindo aos titulares das linhas telefônicas, mediante subscrição de ações, o valor de avaliação do bem incorporado. A subscrição tinha por base o valor de avaliação do bem indivisível incorporado (planta), dividido pelo número de adquirentes de linhas telefônicas.

7. A incorporação da planta telefônica não se deu quando dos aportes financeiros à construtora realizados pelos adquirentes das linhas, do que decorre a impropriedade de se pretender utilizar os valores de tais aportes, e as datas em que realizados, como balizas para o cálculo do quantitativo de ações. Na época dos aportes, as plantas não existiam, a significar que, ausente patrimônio a incorporar, não houvera ainda integralização, da qual dependia a avaliação e a contraprestação em ações.

8. O aumento de capital deu-se com a incorporação da planta telefônica ao patrimônio da ré. Nos termos do contrato e dos arts. 8º, §§ 2º e 3º, da Lei 6.404/76, o cálculo do número de ações a serem subscritas em favor de cada titular de linha telefônica deve levar em conta o valor de avaliação daquele bem.

9. Agravo regimental provido para dar provimento ao recurso especial a fim de julgar improcedente o pedido formulado na inicial. (AgRg no AREsp 29.665/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA

TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 08/10/2015)

Na mesma direção: REsp n. 1.773.824/SP, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe de 7/11/2018.

Em face do exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "c", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, prejudicada a análise dos demais pontos, dou provimento ao recurso especial, para julgar improcedentes os pedidos deduzidos na petição inicial. Custas e honorários advocatícios pelo autor da demanda, ora recorrido, arbitrados em R\$ 1.000,00 (mil reais), suspensas as exigibilidades em caso de gratuidade da justiça.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora